



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Minas Gerais

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2021

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM MINAS GERAIS

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM MINAS GERAIS

DIRETORA DO FORO

Vânila Cardoso André de Moraes

DIRETOR DA SECAD

Orlando Amaral Pinto

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Maria Luciana Xavier Costa

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Wanderlene Maria Santos Brandão

Célia Gomes Ferreira

Informações:

Telefone: (31) 3501-1360

Correio eletrônico: nucaf.mg@trf1.jus.br e secob.mg@trf1.jus.br

Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/sjmg/transparencia/orcamento-e-financas/demonstracoes-contabeis/demonstracoes-contabeis.htm>

Última alteração: 18/03/22

SUMÁRIO

CONTEXTO OPERACIONAL	6
APRESENTAÇÃO	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
Balço Patrimonial	8
Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
Balço Orçamentário	11
Balço Financeiro	12
Demonstrativo dos Fluxos de Caixa	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	14
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS	14
Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras	14
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	14
Caixa e equivalentes de caixa	14
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	15
VPDs pagas antecipadamente	15
Ativo realizável a longo prazo	15
Imobilizado – Bens móveis	16
Imobilizado – Bens imóveis	16
Intangíveis	16
Passivo	17
Provisões	17
Ativos contingentes	18
Contratos a pagar	18
Apuração do resultado patrimonial do exercício	18
PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	19
CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	19
NOTAS EXPLICATIVAS	20
NOTA 01 – BP – Caixas e Equivalentes de Caixa	21
NOTA 02 –BP – Demais créditos e valores de curto prazo	22
NOTA 03 – BP - Estoques	23
NOTA 04 – BP - VPDs pagas antecipadamente	23

NOTA 05 – BP – Imobilizado – Bens Móveis	24
NOTA 06 –BP – Imobilizado – Bens Imóveis	26
NOTA 07 - BP - Intangíveis.....	28
NOTA 08 –BP – Passivo Circulante	29
NOTA 09 - BP – Patrimônio Líquido	32
NOTA 10 - BP – Provisionamento de contratos	32
NOTA 11 – BP - Garantias.....	33
NOTA 12 – Balanço Financeiro	34
NOTA 13 – Balanço Orçamentário	35
NOTA 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de processos analisados no decorrer de 2021	20
Tabela 2 - Ativo Circulante	21
Tabela 3 – Saldo das contas de Limites de Saque/Restos a Pagar por fonte de recursos e vinculação de pagamento	22
Tabela 4 - Imobilizado – Bens Móveis	24
Tabela 5 - Valor líquido contábil dos Bens Móveis	24
Tabela 6 - Imobilizado – Bens Imóveis.....	25
Tabela 7 - Intangíveis.....	28
Tabela 8 - Passivo Circulante.....	29
Tabela 9 - Desmembramento do saldo do Passivo Circulante no balanço patrimonial de 2021	30
Tabela 10 - Patrimônio Líquido	32
Tabela 11 – Ajuste de Exercícios Anteriores	32
Tabela 12 - Resumo sobre os Recursos Financeiros Recebidos e Utilizados em 2021.....	34
Tabela 13 - Despesas empenhadas por Fonte de Recursos	34
Tabela 14 – Resumo sobre o orçamento recebido e empenhado em 2021.....	35
Tabela 15 - Comparativo das despesas empenhadas em 2020 e 2021	35
Tabela 16 - Valores inscritos em Restos a Pagar em 2020 e executados/cancelados em 2021...	36
Tabela 17 - Resumo dos saldos das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.....	36

CONTEXTO OPERACIONAL

A Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais foi criada pela Lei 5.010, de 30/05/1996 e sua sede foi instalada em 26/10/1967, na cidade de Belo Horizonte. Sua estrutura está prevista no artigo 109 da constituição Federal de 1988 e tem por competência processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as causas de falência, de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

A Justiça Federal deve ainda julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral; os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente; os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira; os habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição; os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais; os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro; as causas de grave violação dos direitos humanos; a disputa sobre direitos indígenas, além de outras competências elencadas no referido artigo 109.

APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis da Justiça Federal de 1º Grau em Minas Gerais são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e em estrita observância aos dispositivos da Lei 4320/64, à Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8.ª edição – MCASP e ao Manual Siafi, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As demonstrações contábeis têm a finalidade de apresentar aos gestores, contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, auditores internos e externos, mídia e demais usuários, informações sobre a situação patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro da entidade, bem como o resultado do gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados no decorrer do ano.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I - Balanço Patrimonial (BP)
- II - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- III - Balanços Orçamentário (BO)
- IV - Balanço Financeiro (BF)
- V - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- VI - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII - Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Balanco Patrimonial**

em R\$

ATIVO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		13.520.220,87	2.499.483,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	10.279.620,43	1.541.845,32
Créditos a Curto Prazo	02	2.589.312,99	38.413,52
Estoques	03	593.874,09	824.250,37
VPDs Pagas Antecipadamente	04	57.413,36	94.974,74
ATIVO NÃO CIRCULANTE		300.856.023,41	316.220.886,23
Imobilizado	0 5 e 06	299.786.676,95	315.185.984,13
Intangível	7	1.069.346,46	1.034.902,10
TOTAL DO ATIVO		314.376.244,28	318.720.370,18

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		22.316.776,37	26.113.508,23
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	08	19.058.220,28	23.917.456,17
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	08	918.589,85	4.713,44
Provisões a Curto Prazo	08	2.178.270,14	1.930.584,12
Demais Obrigações a Curto Prazo	08	161.696,10	260.754,50
TOTAL DO PASSIVO		22.316.776,37	26.113.508,23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		292.059.467,91	292.606.861,95
Resultados Acumulados	09	292.059.467,91	292.606.861,95
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		314.376.244,28	318.720.370,18

Fonte: SIAFI

Quadros dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

em R\$

	NE	2021	2020
ATIVO (I)		314.376.244,28	318.720.370,18
Ativo Financeiro	01	10.279.620,43	1.541.845,32
Ativo Permanente	05 e 06	304.096.623,85	317.178.524,86
PASSIVO (II)		32.533.554,26	37.268.453,21
Passivo Financeiro	1 e 08	11.076.831,17	11.467.539,84
Passivo Permanente	08	21.456.723,09	25.800.913,37
SALDO PATRIMONIAL (I - II)		281.842.690,02	281.451.916,97

Fonte: SIAFI

Quadros das Contas de Compensação

em R\$

	NE	2021	2020
Atos Potenciais Ativos		359.506.833,92	369.835.151,61
Garantias e Contragarantias Recebidas	11	359.506.833,92	369.835.151,61

TOTAL		359.506.833,92	369.835.151,61
	NE	2021	2020
Atos Potenciais Passivos		51.267.043,49	45.089.524,15
Obrigações Contratuais	10	51.267.043,49	45.089.524,15
TOTAL		51.267.043,49	45.089.524,15

Fonte: SIAFI

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro

		em R\$	
	NE	2021	2020
Recursos Ordinários		85.106,90	-9.758.018,82
Recursos Vinculados		-882.317,64	-167.675,70
Seguridade Social (Exceto Previdência)	01	-14.160,95	675,70
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-868.156,69	-167.000,00
TOTAL		-797.210,74	-9.925.694,52

Fonte: SIAFI

Demonstrações das Variações Patrimoniais

		em R\$	
	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		903.004.570,80	894.524.000,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		8.909.216,05	7.167.447,66
Taxas		8.909.216,05	7.167.447,66
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.004.133,32	645.890,18
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.004.133,32	645.890,18
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	7.871,31
Juros e Encargos de Mora		-	7.105,74
Variações Monetárias e Cambiais		-	765,57
Transferências e Delegações Recebidas		885.887.880,13	872.846.504,50
Transferências Intragovernamentais		885.639.691,81	863.937.620,32
Transferências Intergovernamentais		-	215.753,59
Outras Transferências e Delegações Recebidas		248.188,32	8.693.130,59
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.949.066,45	7.838.310,44
Reavaliação de Ativos		-	6.698.051,50
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.945.576,17	644.444,35
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.490,28	495.814,59
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		5.254.274,85	6.017.975,97
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	1.405,78
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		5.254.274,85	6.016.570,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	14	901.731.040,35	873.222.080,49
Pessoal e Encargos		642.451.599,25	642.811.468,85
Remuneração a Pessoal		494.264.481,91	501.533.780,58
Encargos Patronais		108.787.812,26	105.640.923,08
Benefícios a Pessoal		34.117.133,77	29.978.943,83

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – SJMG - 2021

Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.282.171,31	5.657.821,36
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	134.600.661,64	132.619.872,28
Aposentadorias e Reformas	109.667.317,02	108.014.700,84
Pensões	19.408.602,92	19.116.638,14
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.524.741,70	5.488.533,30
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	86.100.267,14	76.532.094,19
Uso de Material de Consumo	1.117.738,55	1.215.629,13
Serviços	79.057.182,70	69.144.106,41
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.925.345,89	6.172.358,65
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1,30	14.125,51
Juros e Encargos de Mora	1,30	14.125,51
Transferências e Delegações Concedidas	18.881.716,23	15.828.338,82
Transferências Intragovernamentais	15.582.000,55	14.237.784,62
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.299.715,68	1.590.554,20
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13.694.094,27	978.163,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.033,84	475.833,64
Perdas Involuntárias	-	135.492,93
Desincorporação de Ativos	13.690.060,43	366.837,08
Tributárias	3.767.286,49	2.336.749,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.581,30	34.736,48
Contribuições	3.740.705,19	2.302.012,90
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.235.414,03	2.101.267,81
Premiações	-	7.500,00
Constituição de Provisões	2.129.759,47	1.930.584,12
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	105.654,56	163.183,69
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	1.273.530,45	21.301.919,57

Fonte: SIAFI

Balço Orçamentário

NE13

exercício de
2021
em R\$

Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-
Despesas Orçamentárias	Provisão Recebida	Crédito Empenhado Liquidado Pago	Crédito a Liquidar inscrito em RP a Processar	Crédito em Liquidação Inscrito em RP	Crédito Liquidado a Pagar Inscrito em RP	Crédito Disponível
Despesas Correntes (I)	872.763.255,06	866.378.946,33	4.407.432,02	75.169,07	726.144,82	1.175.562,82
Despesas de pessoal e Encargos Sociais	747.504.289,45	744.734.586,22	2.012.103,11	31.361,23	726.144,82	94,07
Outras Despesas Correntes	125.258.965,61	121.644.360,11	2.395.328,91	43.807,84	0,00	1.175.468,75
Despesas de Capital (II)	11.010.068,56	5.272.371,47	5.737.697,04	0,00	0,00	0,05
Investimentos	11.010.068,56	5.272.371,47	5.737.697,04	0,00	0,00	0,05
Total (I + II)	883.773.323,62	871.651.317,80	10.145.129,06	75.169,07	726.144,82	1.175.562,87

Fonte: SIAFI

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Exercício
de 2021
Em R\$

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscrito em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f = a + b - d - e)
DESPESAS CORRENTES	62.134,50	10.833.761,08	4.475.013,22	4.475.013,22	6.349.233,53	71.648,83
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.817.336,39	1.697.796,85	1.697.796,85	91.856,31	27.683,23
Outras Despesas Correntes	62.134,50	9.016.424,69	2.777.216,37	2.777.216,37	6.257.377,22	43.965,60
DESPESAS DE CAPITAL	21.968,80	237.080,60	117.098,61	117.098,61	141.950,79	0,00
Investimentos	21.968,80	237.080,60	117.098,61	117.098,61	141.950,79	0,00
TOTAL	84.103,30	11.070.841,68	4.592.111,83	4.592.111,83	6.491.184,32	71.648,83

Fonte: SIAFI

Execução de Restos a Pagar Processados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscrito em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e = a + b - c - d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	210.923,34	210.923,34	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	181.476,19	181.476,19	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	29.447,15	29.447,15	0,00	0,00
TOTAL	0,00	210.923,34	210.923,34	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Balanco Financeiro

NE12

Em R\$

INGRESSOS		
	2021	2020
Transferências Financeiras Recebidas (I)	885.639.691,81	863.937.620,32
Resultantes da Execução Orçamentária	881.553.499,40	856.042.410,90
Sub-repasse Recebido	881.553.499,40	856.042.410,90
Independentes da Execução Orçamentária	4.086.192,41	7.895.209,42
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.723.433,49	7.764.834,59
Demais Transferências Recebidas	50.084,15	46.151,61
Movimentação de Saldos Patrimoniais	312.674,77	84.223,22
Recebimentos Extraorçamentários (II)	26.282.261,14	25.970.499,29
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	726.144,82	210.923,34
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.220.298,13	11.070.841,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	158.449,24	664.580,19
Outros Recebimentos Extraorçamentários	15.177.368,95	14.024.154,08
Arrecadação de Outra Unidade	15.177.368,95	14.024.154,08
Saldo do Exercício Anterior (III)	1.541.845,32	4.566.791,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.541.845,32	4.566.791,17
TOTAL (IV = I + II + III)	913.463.798,27	894.474.910,78

DISPÊNDIOS		
	2021	2020
Despesas Orçamentárias (V)	882.597.760,75	865.453.562,61
Ordinárias	709.513.194,95	727.721.900,80
Vinculadas	173.084.565,80	137.731.661,81
Seguridade Social (Exceto Previdência)	29.432.200,51	12.330.846,24
Previdência Social (RPPS)	129.147.517,29	118.795.375,23
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	14.504.848,00	6.605.440,34

Transferências Financeiras Concedidas (VI)	15.582.000,55	14.237.784,62
Resultantes da Execução Orçamentária	41.749,74	293.436,96
Sub-repasse Concedido	41.749,74	293.436,96
Independentes da Execução Orçamentária	15.540.250,81	13.944.347,66
Demais Transferências Concedidas	10,00	
Movimento de Saldos Patrimoniais	15.540.240,81	13.944.347,66
Pagamentos Extraorçamentários (VII)	5.004.416,54	13.241.718,23
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	210.923,34	25.857,47
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.592.111,83	12.520.750,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	201.381,37	695.110,41
Saldo para o Exercício Seguinte (VIII)	10.279.620,43	1.541.845,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.279.620,43	1.541.845,32
TOTAL (IX = V + VI + VII+VIII)	913.463.798,27	894.474.910,78

Fonte: SIAFI

Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

em R\$

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	14.127.245,19	5.767.669,07
INGRESSOS	900.975.510,00	878.626.354,59
Outros Ingressos Operacionais	900.975.510,00	878.626.354,59
Ingressos Extraorçamentários	158.449,24	664.580,19
Transferências Financeiras Recebidas	885.639.691,81	863.937.620,32
Arrecadação de Outra Unidade	15.177.368,95	14.024.154,08
DESEMBOLSOS	-886.848.264,81	-872.858.685,52
Pessoal e Demais Despesas	-762.027.405,67	-750.980.953,24
Judiciário	-616.709.665,73	-600.526.311,56
Previdência Social	-129.147.517,29	-132.936.560,85
Encargos Especiais	-16.170.222,65	-17.518.080,83
Transferências Concedidas	-109.037.477,22	-106.944.837,25
Intragovernamentais	-109.037.477,22	-106.944.837,25
Outros Desembolsos Operacionais	-15.783.381,92	-14.932.895,03
Dispêndios Extraorçamentários	-201.381,37	-695.110,41
Transferências Financeiras Concedidas	-15.582.000,55	-14.237.784,62
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-5.389.470,08	-8.792.614,92
DESEMBOLSOS	-5.389.470,08	-8.792.614,92
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.185.015,21	-8.687.874,82
Outros Desembolsos de Investimentos	-204.454,87	-104.740,10
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (III=I+II)	8.737.775,11	-3.024.945,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.541.845,32	4.566.791,17
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.279.620,43	1.541.845,32

Fonte: SIAFI

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício de 2020

em R\$

Especificação	NE	Resultados Acumulados
Saldo inicial do exercício de 2020		274.409.960,12
Ajustes de Exercícios Anteriores		(3.105.017,74)
Resultado do exercício		21.301.919,57
Total Consolidado		292.606.861,95
Exercício de 2021		
em R\$		
Especificação	NE	Resultados Acumulados
Saldo inicial do exercício de 2021		292.606.861,95
Ajustes de Exercícios Anteriores	09	(1.820.924,49)
Resultado do exercício		1.273.530,45
Total Consolidado		292.059.467,91

Fonte: SIAFI

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS**Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis estão mensurados em Reais (R\$), que é a moeda funcional do órgão. Não há saldo em moeda estrangeira.

Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Na Seção Judiciária de Minas Gerais são observadas as orientações contidas nos Procedimentos Contábeis elaborados pela DICOC – Divisão de Análise Contábil e Custos - Setorial Contábil do TRF1, que são elaborados de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, 8ª Edição, Macrofunções do Manual Siafi, Plano de Contas aplicado ao Setor Público – PCASP 2021 e outros normativos específicos de cada matéria.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, como os limites de saque e os depósitos de terceiros que contabiliza, no caso da SJMG, os valores recebidos a título de caução para garantias contratuais.

Os limites de saque são provenientes da conta única e os valores são detalhados por fonte e vinculação de pagamento. Os saldos são mensurados e avaliados pelo valor de custo exceto a conta que registra as cauções, onde os saldos devem ser atualizados de acordo com o índice da TR - Taxa Referencial.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abrangem os valores a receber a curto prazo referentes a aplicação de multas administrativas aplicadas a empresas por descumprimento a cláusulas contratuais, valores devidos por servidores, ex- servidores e ex-pensionistas, adiantamento de salários, férias e gratificação natalina, adiantamento de suprimento de fundos e ainda os valores constantes da conta de estoque que registra a movimentação ocorrida com os materiais de consumo.

Em 2021 foram efetuados os cálculos para apuração de ajustes para perdas estimadas referentes aos créditos a receber, conforme orientado na Norma de Encerramento do Exercício, macrofunção 02.03.18.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando são encaminhados para inscrição em dívida ativa da União.

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64: Nas entradas, pelo valor de aquisição ou doação e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

VPDs pagas antecipadamente

Compreendem as despesas pagas antecipadamente e com períodos de competência subsequentes e no curto prazo, como ocorre com as despesas de seguros e assinaturas de periódicos e anuidades. Os valores são registrados pelo valor de custo.

Ativo realizável a longo prazo

Abrangem os valores a receber a longo prazo referentes a aplicação de multas administrativas aplicadas a empresas por descumprimento a cláusulas contratuais, valores devidos por servidores, ex- servidores e ex-pensionistas e adiantamentos. Os valores são

mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando são encaminhados para inscrição em dívida ativa da União.

Imobilizado – Bens móveis

Os bens móveis que compõem o ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição e ficam sujeitos à depreciação de acordo com a vida útil de cada bem. Para o cálculo da depreciação é utilizado o método das quotas constantes e a tabela constante do manual SIAFI, Macrofunção [02.03.30 - Depreciação, amortização e Exaustão na Administração Pública](#), onde é definido o tempo de vida útil e o valor residual do bem.

Imobilizado – Bens imóveis

Os bens imóveis que compõem o ativo imobilizado são mensurados com base no valor de aquisição ou construção e após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização e à reavaliação. A depreciação dos imóveis cadastrados no SPIUNet segue regras específicas deste sistema. A amortização é aplicada quando há benfeitoria efetuada em imóveis de terceiros e são calculadas de acordo com a respectiva macrofunção do manual do SIAFI.

Em 2021 houve alteração na macrofunção [02.03.44 - Bens Imóveis](#) e conforme item 8.1.1.4, os valores gastos com benfeitorias realizadas nos imóveis cadastrados no SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, devem ser analisados e caso apresente percentual superior a 20% do valor líquido contábil do imóvel, este deverá ser reavaliado. Caso seja inferior a 20% do valor líquido contábil do imóvel o valor da benfeitoria deverá ser baixado no SIAFI.

A reavaliação dos imóveis de uso especial da União deve ocorrer sistematicamente a cada ano, de acordo com o previsto na [Portaria Conjunta MF/MPOG 703](#), de 10 de dezembro de 2014, mas esta rotina ainda está pendente de ser implementada nos sistemas corporativos da SPU – Secretaria de Patrimônio da União.

Intangíveis

São bens que não possuem características físicas e na SJMG estão representados pelos softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e podem ser classificados como softwares de vida útil definida ou vida útil indefinida.

São mensurados com base no valor de aquisição deduzindo-se:

1. O saldo da respectiva conta de amortização acumulada, quando classificados com vida útil definida.
2. O saldo da respectiva conta de redução ao valor recuperável, quando classificados com vida útil indefinida.

Atendendo orientações do TRF1, não está sendo aplicado o teste de recuperabilidade para os bens intangíveis com vida útil indefinida tendo em vista a necessidade de aguardar critérios específicos a serem definidos, em razão das dificuldades operacionais na aplicação dos normativos que tratam da matéria.

Passivo

Os saldos das contas do passivo representam as obrigações e os valores registrados são conhecidos ou calculáveis e decorrem de obrigações legais ou contratuais.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão:

- (I) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais e encargos sociais, como salários, gratificação natalina e férias a pagar e as obrigações com os auxílios natalidade, funeral e saúde e as obrigações a recolher relativas aos encargos sociais como INSS, PSS e Funpresp - Jud.
- (II) Fornecedores e contas a pagar; e
- (III) Demais obrigações.

São também registrados no passivo circulante os valores relativos a depósitos e cauções recebidos como garantia de contratos administrativos, nos termos do inciso I, do art. 56, da Lei 8.666/1993, que são devolvidos no final do contrato e ainda os valores pendentes de pagamento relativos às faturas de suprimento de fundos concedidos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar seu valor. Na SJMG, em 2021, foram reconhecidas provisões para pagamento de repactuação de contratos com data retroativa e de despesas médicas do exercício de 2021, ainda não conhecidas, visto que os credenciados podem realizar

faturamentos no prazo de seis meses após a prestação dos serviços. Os cálculos dos valores estimados são efetuados pelas áreas responsáveis.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, estão demonstrados em contas de controle, conforme item 39 da [NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes](#) e Manual Siafi, Macrofunção [02.03.36 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes](#).

Estão registrados na conta de ativo contingente os valores que dependem de eventos futuros incertos para seu reconhecimento.

Contratos a pagar

As contas de controle de contratos a pagar evidenciam atos e fatos não integrantes do patrimônio, mas que podem vir a afetá-lo. Desdobram-se em contratos de seguros, aluguel, serviços e fornecimento de bens.

Em 2021 houve uma importante alteração na forma de contratação de serviços de vigilância, quando por meio do contrato 028/2021, processo [0026574-29.2020.4.01.8008](#), foi efetuada contratação unificada de empresa para prestação de serviços de vigilância para as dependências da Justiça Federal em Belo Horizonte e mais 25 Subseções Judiciárias.

Com a contratação unificada vários procedimentos como repactuações, apostilamentos, garantias, contas vinculadas e etc serão otimizados.

Apuração do resultado patrimonial do exercício

A apuração do resultado patrimonial decorre da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

O total das variações patrimoniais diminutivas reflete as despesas com pessoal ativo, celetistas, requisitados, inativos e pensionistas, despesas com a manutenção da máquina pública, como material de consumo, serviços de terceiros, locação de imóveis, depreciação, amortização, despesas tributárias, desincorporação de ativos, entre outras.

Compõem as variações patrimoniais aumentativas principalmente o valor dos sub-repasses recebidos que são as entradas de recursos financeiros para pagamento de despesas do exercício, além das transferências recebidas para pagamento de restos a pagar, incorporação de ativos, doações recebidas, etc.

A apuração do resultado ocorre com o encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de superávit /déficit do exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Em 2021 não ocorreu nenhuma alteração significativa nas práticas e procedimentos contábeis, exceto a alteração ocorrida na macrofunção [02.03.44 – Bens Imóveis](#) que orienta no item 8.1.1.4 sobre os valores gastos com benfeitorias realizadas nos imóveis cadastrados no SPIUNet. Caso o valor da benfeitoria resulte em percentual superior a 20% do valor líquido contábil do imóvel, este deverá ser reavaliado. Caso seja inferior a 20% do valor líquido contábil do imóvel o valor da benfeitoria deverá ser baixado no Siafi.

CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é registrada mensalmente e consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi conforme Macrofunção [02.03.15 – Conformidade Contábil](#).

Ocorrerá registro de restrição contábil quando as demonstrações contábeis apresentarem inconsistências relevantes que podem mudar o seu entendimento, como: saldos invertidos relevantes no balancete, divergências relevantes entre os controles gerenciais e os registros na contabilidade, desequilíbrios apontados no SIAFI Web por meio da transação CONDESAUD (Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor), etc.

Na tabela abaixo consta a relação de processos relativos às análises efetuadas no decorrer de 2021 que embasaram o registro da conformidade contábil mensal. No processo [0001641-55.2021.4.01.8008](#) constam as inconsistências que foram registradas no SIAFI no decorrer do ano, por ocasião do registro da conformidade contábil mensal.

Tabela 1 - Relação de processos analisados no decorrer de 2021

Matéria	Processo
Concessão de Suprimento de Fundos	0003993-83.2021.4.01.8008
Estoques – RMA - Relatório Mensal de Almoxarifado	0003629-14.2021.4.01.8008
Despesas antecipadas	0004712-65.2021.4.01.8008
Créditos a Receber – Servidores, ex-servidores, ex-pensionistas e multas aplicadas	0001648-47.2021.4.01.8008
Perdas estimadas – valores a receber de pessoal civil	0049727-57.2021.4.01.8008
Perdas estimadas – Multas administrativas	0049972-68.2021.4.01.8008
Bens Móveis- RMB – Relatório de movimentação de bens móveis	0003896-83.2021.4.01.8008
Bens Imóveis – Próprios, cedidos e locados	0012776-64.2021.4.01.8008
Benfeitoria em imóveis de terceiros e amortização	0001555-84.2021.4.01.8008
Intangíveis	0029822-27.2020.4.01.8000
Amortização de Intangíveis	0001664-98.2021.4.01.8008
13º Salário	0001334-04.2021.4.01.8008
Férias a Pagar	0001339-26.2021.4.01.8008
Passivos sem cobertura orçamentária	0003951-34.2021.4.01.8008
Despesas com pessoal requisitado	0004706-58.2021.4.01.8008
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva de despesas com pessoal	0001640-70.2021.4.01.8008
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva de outras despesas – custeio em geral	0001637-18.2021.4.01.8008
Ajustes de exercícios anteriores	0036447-19.2021.4.01.8008
Diárias e passagens	0003997-23.2021.4.01.8008
Provisionamento de contratos de seguros, aluguel, serviços e fornecimento de bens	0003962-63.2021.4.01.8008
Garantias contratuais	0004001-60.2021.4.01.8008
Conta Vinculada – Provisão de encargos trabalhistas	0007420-88.2021.4.01.8008
Tributos da folha de pagamento (IR, PSS e Funpresp)	0037723-85.2021.4.01.8008

NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas neste momento apresentadas são parte integrante das demonstrações contábeis e buscam esclarecer e detalhar as informações, sendo peças fundamentais para uma melhor compreensão e análise das demonstrações contábeis.

Para a averiguação da coluna AV% (análise vertical) considerar que o total do ATIVO e PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 2021 corresponde a R\$314.376.244,28, conforme Demonstrativo 02 - Balanço Patrimonial.

Tabela 2 - Ativo Circulante

ATIVO			AH %	AV %
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		
ATIVO CIRCULANTE	13.520.220,87	2.499.483,95	441	4
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.279.620,43	1.541.845,32	567	3
Créditos a Curto Prazo	2.589.312,99	38.413,52	6641	1
Demais Créditos e Valores	2.593.346,83	38.413,52	6651	1
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-4.033,84		100	0
Estoques	593.874,09	824.250,37	-28	0,2
VPDs Pagas Antecipadamente	57.413,36	94.974,74	-40	0,02

NOTA 01 – BP – Caixas e Equivalentes de Caixa

A conta Limite de saque com vinculação de pagamento é o principal componente do item “Caixa e Equivalentes de Caixa”, que contabiliza as entradas dos recursos financeiros disponibilizados pelo TRF1 para pagamento das despesas da unidade, efetuado por meio de emissão de ordens bancárias.

Neste item também estão incluídos os valores depositados a título de Caução em garantia a contratos, conforme registros na conta 1111.19.03 - Demais Contas – Caixa Econômica Federal. Os valores relativos à caução estão devidamente conciliados com os extratos apresentados pela Caixa, conforme processo [0004001-60.2021.4.01.8008](#).

A tabela abaixo apresenta o saldo das contas de Limite de Saque e valores inscritos em Restos a Pagar, em 31/12/2021, discriminados por fonte e vinculação de recursos. Por ocasião do encerramento do exercício foi efetuado levantamento dos recursos disponíveis para verificar a necessidade de devolução ou solicitação de valores visando evitar recursos diferidos. O valor de R\$248,33 que foi solicitado/recebido a maior na vinculação 308 - Contribuição previdenciária fechada, será utilizado em 2022. Quanto ao valor que está a maior na vinculação 400, foi descentralizado pelo TRF1 em 31/12/21, e também será utilizado em 2022.

Tabela 3 – Saldo das contas de Limites de Saque/Restos a Pagar por fonte de recursos e vinculação de pagamento

Financeiro - A receber/devolver - em 31/12/21					
Código da Fonte de Recursos	Vinculação de pagamento		Limite de Saque em R\$	Restos a Pagar, em R\$	Valor a devolver/receber, em R\$
100	308	Contribuição Previdenciária Fechada	7.224,81	6.976,48	248,33
100	309	Pessoal requisitado	85.884,15	1.182.478,10	(1.096.593,95)
100	310	Pagamento de pessoal	1.586.820,91	1.586.820,91	-
100	400	Custeio/investimento	8.480.775,29	7.278.305,87	1.202.469,42
100	510	Folha custeio Obrigatório	60.175,88	60.175,88	-
127	400	Custeio/investimento		868.156,69	(868.156,69)
151	510	Folha custeio Obrigatório		14.160,95	(14.160,95)
100	306	PSS Patronal		21.016,90	(21.016,90)
Total geral			10.220.881,04	11.018.091,78	(797.210,74)

NOTA 02 –BP – Demais créditos e valores de curto prazo

Conforme tabela 02 acima houve acréscimo na conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, decorrente principalmente do fato de ter sido efetuado adiantamento de gratificação natalina em 2021 para os servidores e magistrados com férias programadas para janeiro de 2022 e que fizeram a opção de receber referido adiantamento por ocasião do pagamento das férias.

Os valores adiantados a título de Suprimento de Fundos foram conciliados no decorrer de 2021, conforme processo [0003993-83.2021.4.01.8008](#). O valor total dispendido foi de R\$104.268,36, conforme planilha [14792916](#) e conforme consulta à conta 82223.04.00 – Sub-repasse recebido fonte/vinculação 0100/412. Em dezembro/2021 todos os supridos prestaram contas e todas as faturas foram pagas, não restando saldos nas contas de Adiantamento e nem nas contas de Faturas a Pagar.

Os valores relativos a créditos a receber de servidores e ex-servidores e ainda os valores relativos às multas aplicadas por infrações decorrentes de não cumprimento de cláusulas contratuais foram acompanhados no decorrer do exercício de 2021, conforme registros efetuados no processo [0001648-47.2021.4.01.8008](#). Os valores não recebidos no prazo determinado pela Administração foram encaminhados para a Dívida Ativa, sendo que aqueles que não puderam ser inscritos, por serem inferiores ao valor de alçada, nos termos

da Portaria MF nº 75, de 22 de março de 2012, art. 1º, Inciso I, foram transferidos para a conta 89991.49.01 - Ativos Contingentes Previstos. Foram também transferidos para a conta de Ativo Contingente os créditos cujos devedores entraram com recurso para não recolhimento dos respectivos valores e ainda os créditos a receber que dependem de eventos futuros incertos para seu reconhecimento.

Conforme processos [0049727-57.2021.4.01.8008](#) e [0049972-68.2021.4.01.8008](#), em dezembro/2021 foram efetuados os cálculos para apuração de ajustes para perdas estimadas referentes aos créditos a receber de pessoal civil e de multas por infração, conforme orientado na Norma de Encerramento do Exercício editada [14537277](#). Para o cálculo foi utilizado modelo de planilha elaborada pela DICOC-TRF1 e orientações SEANC [12099041](#).

Danos ao patrimônio: De acordo com informações da unidade responsável não existem créditos a receber em decorrência de danos ao patrimônio.

NOTA 03 – BP - Estoques

As movimentações de entradas e saídas na conta de Estoques foram analisadas mensalmente de acordo com a documentação inserida no Relatório de Movimentação de Almoxarifado-RMA-2021, conforme processo [0003629-14.2021.4.01.8008](#). Os saldos do SIAFI, em 31/12/21, estão regulares e de acordo com os relatórios do SICAM – apresentados pela unidade responsável. Conforme processo [0045804-23.2021.4.01.8008](#) foi efetuado inventário físico dos materiais de consumo e conforme documento [14759657](#) alguns materiais classificados como antieconômicos e ociosos foram descartados. No documento [14766735](#) a Comissão de Inventário conclui os trabalhos informando que o setor responsável desenvolve as atividades com clareza, eficiência e responsabilidade, estando seus depósitos bem organizados e limpos.

NOTA 04 – BP - VPDs pagas antecipadamente

O saldo da rubrica 1.1.9.0.0.00.00 VPDs pagas antecipadamente reflete os valores pendentes de apropriação relativos a pagamento de seguros e assinaturas cujas parcelas mensais são baixadas por competência na conta do ativo, conforme análises efetuadas mensalmente no processo [0004712-65.2021.4.01.8008](#).

Tabela 4 - Imobilizado – Bens Móveis

Especificação	2021	2020	AH %	AV %
Bens Móveis - Valor bruto contábil	70.491.048,84	69.960.084,16	1	22
(-) Depreciação/Amortização acumulada	-38.769.762,20	-36.985.321,68	5	-12
Bens Móveis - Valor líquido contábil	31.721.286,64	32.974.762,48	(4)	10

NOTA 05 – BP – Imobilizado – Bens Móveis

As movimentações ocorridas nas contas do Ativo Imobilizado - Bens Móveis decorrentes de aquisições, doações recebidas e concedidas e baixas por desfazimentos foram conciliadas mensalmente conforme processo [0003896-83.2021.4.01.8008](#).

O cálculo da depreciação dos bens móveis foi realizado por meio do SICAM – Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviços, utilizando o método das quotas constantes conforme Macrofunção [02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações](#), onde é definido o tempo de vida útil e o valor residual do bem.

Os valores de depreciação registrados mensalmente estão compatíveis e variam de acordo com a movimentação de entrada e saída de bens.

Em 2021 foi realizado o inventário físico dos bens móveis conforme processo [0028012-56.2021.4.01.8008](#). No Relatório [14693174](#) a Comissão informa a relação de bens não localizados, os bens localizados em outra unidade administrativa, os bens ociosos, danificados, obsoletos e informa ainda as dificuldades para acesso a diversos locais onde os bens se encontram e propõe medidas para o aprimoramento da gestão patrimonial.

Tabela 5 - Valor líquido contábil dos Bens Móveis

Conta contábil	Nomenclatura	Valor líquido contábil em R\$		AH (%)	AV (%)
		31/12/2021	31/12/2020		
12311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	27.123,43	29.460,97	(7,93)	0,01
12311.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.619.570,20	1.910.269,99	37,13	0,83
12311.01.03	Equipamentos/Utensílios Médicos, Odonto, Laboratoriais e Hospitalares	86.199,84	92.557,42	(6,87)	0,03
12311.01.05	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	3.691.923,67	1.493.481,59	147,20	1,17

12311.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.004.832,65	1.194.992,56	(15,91)	0,32
12311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	80.901,45	88.005,20	(8,07)	0,03
12311.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	9.106,92	9.133,68	(0,29)	0,00
12311.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	409,89	36,50	1.022,99	0,00
12311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	1.023,75	1.307,25	(21,69)	0,00
12311.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	176.225,95	196.485,81	(10,31)	0,06
12311.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	9.223.070,54	12.768.970,77	(27,77)	2,93
12311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.437.613,22	1.640.346,75	(12,36)	0,46
12311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	62.080,98	74.988,37	(17,21)	0,02
12311.03.03	Mobiliário em Geral	7.520.904,35	7.120.538,31	5,62	2,39
12311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	107.436,27	142.276,82	(24,49)	0,03
12311.04.03	Discotecas e Fimotecas	4,00	4,00	-	0,00
12311.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	2.505.472,48	2.812.221,37	(10,91)	0,80
12311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	55.580,35	55.580,35	-	0,02
12311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	3.111.806,70	3.344.104,77	(6,95)	0,99
Total		31.721.286,64	32.974.762,48	(3,80)	10,09

Tabela 6 - Imobilizado – Bens Imóveis

Especificação	2021	2020	AH %	AV %
Imóveis de uso especial	232.846.511,01	233.546.153,64	(0)	74
Imóveis em Andamento	559.036,96	559.036,96	-	0
Instalações	379.112,57	6.728.583,05	(94)	0
Benfeitoria em Propriedade de terceiros	1.944.762,51	1.939.820,19	0	1
Imóveis a classificar	34.258.378,41	40.987.508,45	(16)	11
Total Bruto	269.987.801,46	283.761.102,29	(5)	86
Depreciação/Amortização acumulada de imóveis	-1.922.411,15	-1.549.880,64	24	-1
Total Líquido	268.065.390,31	282.211.221,65	(5)	85

NOTA 06 –BP – Imobilizado – Bens Imóveis

As contas relacionadas aos bens imóveis foram conciliadas no decorrer de 2021, conforme processo [0012776-64.2021.4.01.8008](#) onde foram emitidas solicitações de regularização, principalmente relacionadas às informações constantes do SPIUNet. Por ocasião do encerramento do exercício foi autuado o processo [0089131-42.2021.4.01.8000](#), pela DICOC-TRF1, onde consta a planilha [14770254](#) com várias informações consolidadas, conforme discriminado abaixo:

1. **Imóveis próprios:** Valor do imóvel, endereço, cessão de uso, conta contábil, tipo do imóvel, RIP do imóvel, RIP de utilização, dados da última avaliação, etc. As informações constantes do SPIUNet foram conferidas com as constantes do SIAFI. Os imóveis próprios cadastrados no SPIUNet não estão sendo atualizados sistematicamente, visto que há orientação para aguardar a implementação do novo sistema informatizado de gestão de bens da União.
2. **Imóveis de terceiros:** Valor do imóvel, endereço, cessão de uso, tipo do imóvel, RIP do imóvel, RIP de utilização, nome do proprietário, valor da locação, vencimento do contrato, Nota de Empenho, etc. As informações constantes do SPIUNet também foram conferidas com os respectivos processos de locação.
3. **Imóveis cedidos à JF sem ônus:** Na referida planilha [14770254](#) foram incluídos também os seguintes imóveis de terceiros cedidos sem ônus à SJMG: Sala, cedida pela Universidade Estadual do Estado de Minas Gerais, para abrigar a Unidade de Atendimento Avançada de Diamantina e prédio cedido pela Prefeitura de Paracatu, para abrigar a Subseção Judiciária de Paracatu. Estes imóveis foram incorporados ao patrimônio da SJMG, seguindo orientações do CJF, conforme e-mail [14543839](#).

Conforme informado pela SEMAP no documento [14766101](#), a área cedida à SJMG para abrigar a Unidade Avançada de Curvelo não foi incorporada ao patrimônio da Seccional por falta de documentos necessários para o devido registro no SPIUNet. O registro será efetuado em 2022.

Foi atuado também pela DICOC o processo [0088467-11.2021.4.01.8000](#) para inclusão de informações relativas às áreas cedidas pela Justiça Federal à OAB, Caixa, Sicoob e Banco do Brasil, onde constam total da receita arrecadada, área cedida, valor da área cedida, contabilização da área cedida, etc. As informações constantes do SPIUNet foram conciliadas com os respectivos processos de convênio e com o Siafi.

Outras Informações sobre a gestão dos imóveis

1. Em atendimento à alteração ocorrida na macrofunção [02.03.44 – Bens Imóveis](#), item 8.1.1.4, foram baixados da conta 12321.07.00 – Instalações, os valores de R\$1.327.437,37 e R\$4.739.918,18 relativos às obras de substituição do sistema de climatização realizadas no Edifício Euclides Reis Aguiar em Belo Horizonte e no Edifício sede da SSJ de Uberlândia, respectivamente, visto que o valor final das referidas obras resultou em valor inferior a 20% do valor líquido contábil dos referidos imóveis, conforme cálculo apurado no documento [13207296](#).
2. Conforme informação SECOB [14774773](#) os saldos das contas Estudos e Projetos e Instalações referem-se a valores dispendidos para a contratação de projetos e obras de reformas que deverão ser transferidos para as contas dos respectivos imóveis após a finalização das obras.
3. Os valores relativos às Benfeitorias em Imóveis de Terceiros foram conciliados no decorrer de 2021, conforme processo [0001555-84.2021.4.01.8008](#). A amortização das benfeitorias é calculada e contabilizada mensalmente, com base no período de locação, conforme planilha [14740633](#) juntada ao processo retromencionado.
4. Os imóveis pendentes de registro no SPIUNet estão contabilizados na conta 1.2.3.2.1.99.05 - Imóveis a Classificar, no montante de R\$34.258.378,41. Foi encaminhado à Secretaria de Patrimônio da União, o Ofício [14542082](#) para informar sobre o que está impedindo a incorporação dos imóveis adquiridos pela União para abrigar as SSJ de Ipatinga, São João Del Rei, São Sebastião do Paraíso e Varginha. Quanto ao imóvel que abriga a SSJ de Uberaba, aguarda-se regularização da área ocupada pelo imóvel perante a prefeitura, conforme

processo [0028950-51.2021.4.01.8008](#). Os imóveis estão valorizados com base no custo histórico pois não há critérios determinados para efetuar a valorização dos imóveis não cadastrados no SPIUNet.

5. Foi baixado da conta de Ativo e registrado na conta 89991.49.01 - Ativos Contingentes Previstos, o valor de R\$7.481.424,80 relativo ao terreno localizado no Bairro Belvedere, em Belo Horizonte, visto que parte da área inicialmente adquirida para a SJMG foi cedida ao DNIT, conforme Ofício [14380283](#) da SPU, e ainda que o processo judicial está ativo pois resta valor a ser levantado conforme documento [14636961](#) da 19ª Vara. O registro relativo a transferência do valor para a conta de Ativos Contingentes foi orientado pela SEANC-TRF1, conforme documento [14747587](#).

6. O valor da depreciação acumulada dos bens imóveis estão em conformidade com os dados publicados pela STN no endereço eletrônico <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis> até novembro/2021, conforme demonstrado na Planilha Depreciação Imóveis ([14771175](#)).

Tabela 7 - Intangíveis

Intangíveis	2021	2020	AH %	AV %
Softwares - vida útil definida	395.690,95	353.849,90	11,82	0,13
Softwares - vida útil indefinida	984.922,18	889.898,01	10,68	0,31
Total bruto	1.380.613,13	1.243.747,91	11,00	0,44
(-) Depreciação/Amortização acumulada	-298.851,03	-196.430,17	52,14	-0,10
(-) Redução ao valor recuperável	-12.415,64	-12.415,64	-	0,00
Total Líquido	1.069.346,46	1.034.902,10	3,33	0,34

NOTA 07 - BP - Intangíveis

A conta dos bens intangíveis com vida útil **definida** foi conciliada no decorrer de 2021, conforme planilhas e informações constantes do processo [0001664-98.2021.4.01.8008](#). A amortização foi efetuada de acordo com o período de disponibilização de cada software.

Já a conta de bens intangíveis com vida útil **indefinida** foi conciliada no decorrer de 2021, conforme planilhas e informações constantes do processo [0029822-27.2020.4.01.8000](#).

Conforme documento [14799718](#) há softwares pendentes de incorporação ao patrimônio da SJMG pois aguarda a informação de elementos para o devido registro no SIAFI. A relação dos softwares pendentes foi efetuada pelo NUTEC por ocasião do inventário realizado em 2019/2020.

Foi autuado o processo [0047149-24.2021.4.01.8008](#) para realização do inventário dos bens intangíveis no exercício de 2021, mas a conclusão está prevista para ocorrer em fevereiro de 2022.

Tabela 8 - Passivo Circulante

PASSIVO CIRCULANTE	2021	2020	AH %	AV %
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	19.058.220,28	23.917.456,17	(20)	6,06
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	918.589,85	4.713,44	19.389	0,29
Provisões a Curto Prazo	2.178.270,14	1.930.584,12	13	0,69
Demais Obrigações a Curto Prazo	161.696,10	260.754,50	(38)	0,05
Total	22.316.776,37	26.113.508,23	(15)	7,10

NOTA 08 –BP – Passivo Circulante

Os saldos das contas do passivo representam as obrigações e os valores registrados são conhecidos ou calculáveis e decorrem de obrigações legais ou contratuais e refletem os valores das seguintes contas:

- Salários Remunerações e benefícios – Representa os valores apropriados de despesas com a GAJU – Gratificação por exercício acumulado de Ofícios ou Jurisdição, relativa ao mês de dezembro de 2021, conforme processo [0050265-38.2021.4.01.8008](#) e o reconhecimento do passivo relativo à folha de acertos do mês de dezembro/2021, conforme documento [14786615](#) e ainda os valores pendentes de pagamento e sem cobertura orçamentária das despesas com pessoal requisitado, conforme planilha [14769734](#). Em relação ao passivo dos servidores

requisitados deverá ser considerado também valor pendente de ressarcimento do exercício de 2020, conforme análises efetuadas no processo [0004706-58.2021.4.01.8008](#).

- Férias a pagar – Representa o maior valor do passivo circulante tendo em vista a apropriação da despesa por competência, conforme registros no processo [0001339-26.2021.4.01.8008](#).
- Contas a pagar – Credores Nacionais – Representa o valor do passivo sem cobertura orçamentária, em 31/12/21 das despesas com Assistência Judiciária Gratuita, conforme informado no e-mail [14769754](#).
- Benefícios assistenciais, Encargos sociais, Contribuição a entidades de previdência fechada (funpresp), INSS a recolher e PSS a recolher – Representa valores relativos à folha de GAJU, competência dezembro/2021, folha de acertos de dezembro e INSS patronal incidente sobre os passivos de Assistência Judiciária Gratuita.
- Provisão para serviços de terceiros – Representa o valor relativo à provisão para despesas com assistência médica e odontológica, estimado com base na execução de despesas de exercícios anteriores, conforme informação [14769728](#) e ainda a provisão estimada para reajustes contratuais, não empenhados em 2021, conforme informação [14769746](#).

Os valores registrados inicialmente como Passivos Permanentes, foram conciliados no decorrer do exercício de 2021, conforme processo [0003951-34.2021.4.01.8008](#).

Tabela 9 - Desmembramento do saldo do Passivo Circulante no balanço patrimonial de 2021

Objeto	Valor em R\$	Conta	Descrição
Valores sem cobertura orçamentária a serem ressarcidos aos órgãos de origem relativos aos servidores requisitados, conforme processos 0004706-58.2021.4.01.8008 e 0050300-95.2021.4.01.8008 .	670.406,43	2.1.1.1.1.01.01	Salários, Remunerações e benefícios - P
Valores relativos a acertos da folha de dezembro/2021 (pagamento em janeiro de 2022), conforme processo 0050300-95.2021.4.01.8008 .	282.379,30		
Valor pendente de pagamento decorrentes de empenhos em liquidação originados do passivo P, conforme análise efetuada no processo 0003951-34.2021.4.01.8008 .	75.109,40		Salários, Remunerações e benefícios - F
Valor relativo à apropriação das despesas com a GAJU do mês de dezembro/2021 (pagamento em	595.254,40		

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – SJMG - 2021

janeiro/2022), conforme processo 0050265-38.2021.4.01.8008			
Provisionamento de férias, conforme processo 0001339-26.2021.4.01.8008 .	17.182.643,32	2.1.1.1.1.01.03	Férias a Pagar - P
Auxílio Saúde constante da folha de acerto de dezembro/2021 (pagamento em janeiro/2022), conforme processo 0050300-95.2021.4.01.8008 .	2.333,93	2.1.1.3.1.01.00	Benefícios assistenciais a Pagar P
Funpresp incidente sobre valores constantes da folha de acerto de dezembro/2021 (pagamento em janeiro/2022), conforme processo 0050300-95.2021.4.01.8008 .	3.972,34		Contribuições a entidades de Previdência complementar - P
Valor pendente de pagamento decorrentes de empenhos em liquidação originados do passivo P, conforme análise efetuada no processo 0003951-34.2021.4.01.8008 e ainda valores apropriados da GAJU do mês de dezembro/2021 (pagamento em janeiro/2022), conforme processo 0050265-38.2021.4.01.8008 .	6.976,48	2.1.1.4.1.03.02	Contribuições a entidades de Previdência complementar - F
INSS incidente sobre valores constantes da folha de acerto de dezembro/2021 (pagamento em janeiro/2022), conforme processo 0050300-95.2021.4.01.8008 .	121,65	2.1.1.4.2.01.01	INSS- Contribuição sobre salários e remunerações - P
INSS incidente sobre os passivos relativos às despesas com Assistência Judiciária Gratuita, conforme processo 0050300-95.2021.4.01.8008 .	183.717,97	2.1.1.4.2.01.03	INSS- Contribuição sobre serviços de terceiros - P
PSS incidente sobre valores constantes da folha de acertos de dezembro/2021 (pagamento em janeiro/2022), conforme processo 0050300-95.2021.4.01.8008 .	34.288,16		PSS – Contribuição s/Vencimentos e vantagens - P
PSS incidente sobre as despesas com a GAJU do mês de dezembro/2021 (pagamento em janeiro/2022), conforme processo 0050265-38.2021.4.01.8008 .	21.016,90	2.1.1.4.2.13.00	PSS – Contribuição s/Vencimentos e vantagens - F
Registro de passivos relativos às despesas com Assistência Judiciária Gratuita, conforme processo 0050300-95.2021.4.01.8008 .	918.589,85	2.1.3.1.1.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais - P
Provisão de despesa com Assistência Médicas, Hospitalares, Laboratoriais e Odontológicas, incluindo a despesa com INSS patronal - sem cobertura orçamentária, conforme processo 0050300-95.2021.4.01.8008 .	2.062.000,00		
Provisão com despesa relativas à repactuação de contratos, com data retroativa e sem cobertura orçamentária conforme processo 0050300-95.2021.4.01.8008 .	116.270,14	2.1.7.9.1.05.00	Provisão para serviços de terceiros P
Valores de consignações constantes da folha de GAJU, apropriada em dezembro/2021 (pagamento em janeiro/2022), conforme processo 0050265-38.2021.4.01.8008 .	102.956,71	2.1.8.8.1.01.00	Consignações - F
Depósitos efetuados por terceiros para garantia de contratos, conforme processo 0004001-60.2021.4.01.8008 .	58.739,39	2.1.8.8.1.04.02	Depósitos e Cauções recebidos - F
Total	22.316.776,37		

Tabela 10 - Patrimônio Líquido

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020	AH %	AV %
Superávits ou déficits acumulados	292.606.861,95	274.409.960,12	6,63	93,08
Ajustes de exercícios anteriores	(1.820.924,49)	(3.105.017,7)	(41,36)	-0,58
Resultado do exercício	1.273.530,45	21.301.919,57	(94,02)	0,41
Total	292.059.467,91	292.606.861,95	(0,19)	92,90

NOTA 09 - BP – Patrimônio Líquido

A variação no patrimônio líquido, em comparação com o exercício de 2020, foi negativa no valor de R\$547.394,04, em decorrência do resultado positivo do exercício no valor de R\$1.273.530,45 e que foi registrado na conta de ajustes de exercícios anteriores o montante devedor de R\$1.820.924,49.

Os valores registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se a despesas que não foram reconhecidas ou empenhadas nos exercícios de competência, sendo que a maioria se refere a despesas de pessoal como passivos irrelevantes, despesas com ressarcimentos de pessoal requisitado, provisão de férias pagas em 2021, relativas a exercícios anteriores a 2019, visto que os duodécimos não foram provisionados nos respectivos exercícios de competência. Os valores foram conciliados no decorrer do exercício conforme processo [0036447-19.2021.4.01.8008](#) e estão resumidos abaixo:

Tabela 11 – Ajuste de Exercícios Anteriores

Ajuste de Exercícios Anteriores em 2021	
Objeto	Valor em R\$
Despesas de Pessoal	1.626.589,45
Outras despesas	194.335,04
Total	1.820.924,49

NOTA 10 - BP – Provisionamento de contratos

Conforme registrado no processo [0003962-63.2021.4.01.8008](#), no decorrer de 2021 foram conciliadas as contas de provisionamento de contratos de Seguros, Serviços, Fornecimento de bens e Aluguel. Na análise foram observados se os contratos foram registrados nas contas adequadas e se o saldo das contas 81231.XX.01 reflete o valor

total das parcelas pendentes de liquidação até o fim da vigência, com as seguintes ressalvas:

- Alguns saldos são estimados pois o valor do contrato é variável, a exemplo das despesas com telefonia, água, energia elétrica, correios e contratos de locação de mão de obra de conservação e limpeza, que variam de acordo com o material de limpeza fornecido pela contratada.
- A conciliação não é efetuada mensalmente em virtude do grande número de contratos existentes na Seccional que até dezembro de 2021, contava com apenas duas servidoras na Seção de Contabilidade e ainda há a necessidade de acompanhar outros controles/contas.

NOTA 11 – BP - Garantias

Conforme registrado no processo [0004001-60.2021.4.01.8008](#), no decorrer de 2021, foi efetuada análise nas contas que registram as garantias contratuais (caução, seguro garantia e fiança). Os valores são registrados na mesma inscrição genérica utilizada para o registro contratual visando a melhor identificação da empresa e do contrato ao qual a garantia está vinculada. As inconsistências encontradas são relatadas e direcionadas à Seção responsável pelos registros.

Pelo mesmo motivo que ocorre nas contas de contratos, a conciliação nas contas que registram as Garantias também não é efetuada mensalmente.

Na planilha [14821880](#) consta a relação de alguns contratos e garantias considerados mais relevantes na Seccional conforme solicitado pela DICOC na informação [14793041](#).

Outras informações sobre valores registrados em contas de controle

Conta vinculada – Encargos Trabalhistas

Conforme processo [0007420-88.2021.4.01.8008](#) foi efetuada a conciliação da conta 89711.21.00 – Controle de provisão de encargos trabalhistas no decorrer de 2021. A conciliação também não é efetuada mensalmente em virtude da quantidade de contratos de locação de mão de obra na Seccional e da quantidade de servidores lotados na Seção de Contabilidade.

BALANÇO FINANCEIRO**Tabela 12 - Resumo sobre os Recursos Financeiros Recebidos e Utilizados em 2021**

Ingressos	2021	2020	AH %
Transferências Financeiras Recebidas	885.639.691,81	863.937.620,32	2,51
Recebimentos Extraorçamentários	26.282.261,14	25.970.499,29	1,20
Saldo do Exercício Anterior	1.541.845,32	4.566.791,17	(66,24)
Total	913.463.798,27	894.474.910,78	2,12
Dispêndios	2021	2020	AH %
Despesas Orçamentárias Ordinárias (I)	709.513.194,95	727.721.900,80	(2,50)
Despesas Orçamentárias Vinculadas (II)	173.084.565,80	137.731.661,81	25,67
Subtotal - Despesa empenhada (III= I + II)	882.597.760,75	865.453.562,61	1,98
Transferências Financeiras Concedidas	15.582.000,55	14.237.784,62	9,44
Pagamentos Extraorçamentários	5.004.416,54	13.241.718,23	(62,21)
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.279.620,43	1.541.845,32	566,71
Total	913.463.798,27	894.474.910,78	2,12

Tabela 13 - Despesas empenhadas por Fonte de Recursos

em R\$				
Fonte Recursos	2021	2020	AH %	AV %
Recursos Ordinários - não vinculados	709.513.194,95	727.721.900,80	(2,50)	80,39
00 Recursos Primários de Livre Aplicação	709.513.194,95	727.721.900,80	(2,50)	80,39
Recursos Vinculados	173.084.565,80	137.731.661,81	25,67	19,61
27 Custas Judiciais	14.504.848,00	6.605.440,34	119,59	1,64
51 Recursos Livres da Seguridade Social	29.432.200,51	12.330.846,24	138,69	3,33
56 Contrib. do Serv. Para o Plano Seg. Social Serv. Público	899.653,50	89.386.448,47	(98,99)	0,10
69 Contrib. do Serv. Para o Plano Seg. Social Serv. Público	128.247.863,79	29.408.926,76	336,08	14,53
Total	882.597.760,75	865.453.562,61	1,98	100,00

NOTA 12 – Balanço Financeiro

Analisando as tabelas 10 e 11 acima verifica-se que o resultado financeiro de 2021 foi de R\$8.737.775,11, positivo, visto que a soma dos Ingressos (Transferências Financeiras Recebidas + Recebimentos Extraorçamentários) foi maior que os Dispêndios, pois correspondeu a R\$911.921.952,95 e os Dispêndios (Despesas Ordinárias + Vinculadas + Transferências Financeiras Concedidas + Pagamentos Extraorçamentários) corresponderam a R\$903.184.177,84. Esta equação também pode ser observada na conta

Caixa e Equivalentes de Caixa, que em 31/12/21 encerrou com o saldo de R\$10.279.620,43 contra R\$1.541.845,32 de 2020.

Comparando com 2020, em 2021 os recursos ordinários descentralizados diminuíram em 2,5%, enquanto os recursos vinculados aumentaram 25,67%.

Tabela 14 – Resumo sobre o orçamento recebido e empenhado em 2021

Provisão Recebida	Crédito Empenhado Liquidado Pago	Crédito a Liquidar inscrito em RP a Processar	Crédito em Liquidação Inscrito em RP	Crédito Liquidado a Pagar Inscrito em RP	Crédito Disponível
883.773.323,62	871.651.317,80	10.145.129,06	75.169,07	726.144,82	1.175.562,87

Tabela 15 - Comparativo das despesas empenhadas em 2020 e 2021

Despesas empenhadas	2021	2020	AH %
Pessoal e encargos	747.504.195,38	740.410.530,93	0,96
Outras despesas correntes	124.083.496,86	119.932.117,36	3,46
Investimentos	11.010.068,51	5.110.914,32	115,42
Total	882.597.760,75	865.453.562,61	1,98

NOTA 13 – Balanço Orçamentário

O balanço orçamentário confronta as receitas e as despesas autorizadas e executadas, o que permite apurar se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. Entretanto as provisões recebidas não são demonstradas no Balanço Orçamentário e, assim, o total da despesa empenhada consta no balanço orçamentário como déficit, prejudicando a análise.

Os recursos financeiros que dão suportes às despesas executadas pelo órgão são recebidos mediante notas de crédito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que por sua vez recebe do Conselho da Justiça Federal que as recebe da Secretaria do Tesouro Nacional.

Em análise às despesas orçamentárias observa-se que em 2021 houve um aumento de apenas 1,98% no valor empenhado em comparação com 2020.

Gestão de Restos a Pagar

Conforme mensagem SEPLO [14821864](#) " Em 2021 foi inscrito em Restos a Pagar o valor total de R\$10.946.442,95.

Valores de pessoal: Conversão em pecúnia de dias trabalhados durante o recesso forense de dezembro/2021: R\$887.151,21, mesmo valor inscrito em 2020;

Pessoal requisitado: R\$1.124.951,90 - ND 319096, R\$ 8.680,03 - ND 339096 (Auxílio saúde) e R\$16.368,04 - ND 339096 (Auxílio Alimentação).

Os valores descentralizados pela DIPOR para inscrição em restos a pagar não são suficientes para cobrir todas as pendências de 2021, sendo efetuados os devidos registros dos passivos sem cobertura orçamentária;

Folha de pessoal - Exercícios anteriores: R\$43.807,84 - acertos de auxílio-alimentação de magistrados, R\$1.458,59 e patronal de R\$59,67 - progressão funcional, relativos a valores com pendência de documentos que impediram sua liquidação.

Os demais valores inscritos em restos a pagar referem-se a despesas cuja execução não pôde ser concluída em 2021 em sua integralidade e pagamentos de contratos cujas empresas não emitiram notas fiscais para o adiantamento de dezembro/2021".

Tabela 16 - Valores inscritos em Restos a Pagar em 2020 e executados/cancelados em 2021

Restos a pagar inscritos em 2020 em R\$					
Inscrito em RP em anos anteriores a 2020	Inscrito em RP não Processados em 2020	Inscritos em 2019 e 2020 e Pagos em 2021	RP Processados em 2020 e Pagos em 2021	Cancelados em 2021	RP não processados a Liquidar Reinscritos em 2021
84.103,30	11.281.765,02	4.592.111,83	210.923,34	6.491.184,32	71.648,83

Tabela 17 - Resumo dos saldos das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

Resultado Patrimonial do Período			
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Nomenclatura	2021	2020	AH %
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.909.216,05	7.167.447,66	24,30
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.004.133,32	645.890,18	55,47
Transferência e Delegações Recebidas	885.887.880,13	872.846.504,50	1,49
Variações e Ganhos com ativos e Desincorporação de Passivos	1.949.066,45	7.838.310,44	(75,13)
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		7.871,31	(100,00)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.254.274,85	6.017.975,97	(12,69)
Total	903.004.570,80	894.524.000,06	0,95
Variações Patrimoniais Diminutivas			

Nomenclatura	2021	2020	AH %
Pessoal e Encargos	642.451.599,25	642.811.468,85	(0,06)
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	134.600.661,64	132.619.872,28	1,49
Uso de bens, Serviços e Consumo de capital Fixo	86.100.267,14	76.532.094,19	12,50
Variações patrimoniais Diminutivas Financeiras	1,30	14.125,51	(99,99)
Transferência e Delegações Concedidas	18.881.716,23	15.828.338,82	19,29
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13.694.094,27	978.163,65	1.299,98
Tributárias	3.767.286,49	2.336.749,38	61,22
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.235.414,03	2.101.267,81	6,38
Total	901.731.040,35	873.222.080,49	3,26
Resultado Patrimonial do Período	1.273.530,45	21.301.919,57	(94,02)

NOTA 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas

O exercício de 2021 encerrou com um resultado positivo no valor de R\$1.273.530,45, resultado da diferença entre o valor das variações patrimoniais aumentativas que corresponde a R\$903.004.570,80 e as variações patrimoniais diminutivas que corresponde a R\$901.731.040,35.

Conforme processos [0001637-18.2021.4.01.8008](#) (custeio) e [0001640-70.2021.4.01.8008](#) (pessoal) foi efetuada a conciliação mensal, no decorrer de 2021, dos valores alocados em todas as VPDs, confrontando as despesas orçamentárias com as respectivas variações patrimoniais diminutivas. As despesas de pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais e as despesas de custeio estão contabilizadas adequadamente de acordo com controles elaborados pela Seção de Contabilidade.